



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/DITEC/PF

LICI TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10523457/2019-CPL/SELOG/DITEC/PF

Processo nº 08059.000112/2019-15

TERMO DE REFERÊNCIA CONSOLIDADO

I. DO OBJETO

1.1. Aquisição de água mineral, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Água mineral natural, sem gás, envasada mecanicamente, acondicionada em garrafas de 20 litros, com lacre de segurança, procedência e validade de no mínimo 06 (seis) meses, com selo ou rótulo aprovado, fabricados de Polietileno Tereftalato (PET), Polipropileno (PP), Policarbonato (PC) OU em qualquer outro material transparente que esteja nos padrões definidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e/ou instrumento legal editado durante a vigência da ata de registro de preços. Fornecimento de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Administração pelo período de 12 (doze) meses com fornecimento do vasilhame em regime de comodato.	289699	GARRAFÃO	40.465	R\$ 8,56

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: Diretoria Técnico-Científica - DITEC/PF (UASG 200406)			
item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade total
1	Água mineral natural, sem gás, envasada mecanicamente, acondicionada em garrafas de 20 litros, com lacre de segurança, procedência e validade de no mínimo 06 (seis) meses, com selo ou rótulo aprovado, fabricados de Polietileno Tereftalato (PET), Polipropileno (PP), Policarbonato (PC) OU em qualquer outro material transparente que esteja nos padrões definidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e/ou instrumento legal editado durante a vigência da ata de registro de preços. Fornecimento de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Administração pelo período de 12 (doze) meses com fornecimento do vasilhame em regime de comodato.	GARRAFÃO	11.745

Órgão Participante: Academia Nacional de Polícia - ANP/PF (UASG 200340)			
item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade total
1	Água mineral natural, sem gás, envasada mecanicamente, acondicionada em garrafas de 20 litros, com lacre de segurança, procedência e validade de no mínimo 06 (seis) meses, com selo ou rótulo aprovado, fabricados de Polietileno Tereftalato (PET), Polipropileno (PP), Policarbonato (PC) OU em qualquer outro material transparente que esteja nos padrões definidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e/ou instrumento legal editado durante a vigência da ata de registro de preços. Fornecimento de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Administração pelo período de 12 (doze) meses com fornecimento do vasilhame em regime de comodato.	GARRAFÃO	10.000

Órgão Participante: Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal - SR/PF/DF (UASG 200338)			
item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade total
1	Água mineral natural, sem gás, envasada mecanicamente, acondicionada em garrafas de 20 litros, com lacre de segurança, procedência e validade de no mínimo 06 (seis) meses, com selo ou rótulo aprovado, fabricados de Polietileno Tereftalato (PET), Polipropileno (PP), Policarbonato (PC) OU em qualquer outro material transparente que esteja nos padrões definidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e/ou instrumento legal editado durante a vigência da ata de registro de preços. Fornecimento de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Administração pelo período de 12 (doze) meses com fornecimento do vasilhame em regime de comodato.	GARRAFÃO	3120

Órgão Participante: Edifício Sede da Polícia Federal - SAIN/DSG/COAD/DLOG/PF			
item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade total
1	Água mineral natural, sem gás, envasada mecanicamente, acondicionada em garrafas de 20 litros, com lacre de segurança, procedência e validade de no mínimo 06 (seis) meses, com selo ou rótulo aprovado, fabricados de Polietileno Tereftalato (PET), Polipropileno (PP), Policarbonato (PC) OU em qualquer outro material transparente que esteja nos padrões definidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e/ou instrumento legal editado durante a vigência da ata de registro de preços. Fornecimento de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Administração pelo período de 12 (doze) meses com fornecimento do vasilhame em regime de comodato, para a Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF, localizada no Setor Policial Sul em Brasília/DF e demais participantes, conforme endereço constante neste Termo de Referência.	GARRAFÃO	15.600

1.3. Justifica-se a não realização DE EXCLUSIVIDADE e DE COTAS RESERVADAS (Lei Complementar 123/2006) no presente certame, qual seja, para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte pelo fato de que, a exclusividade, poderá representar prejuízos ao conjunto do objeto a ser contratado. Isso se deve pelo fato de que o objetivo do certame é padronizar o fornecimento de galões de água mineral e a utilização de dois fornecedores - um advindo da concorrência ampla e outro advindo de cotas reservadas, apresentará dificuldades diversas durante a gestão da aquisição, oriundas de diferentes marcas do produto ofertado e diferentes preços.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de atender as demandas da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF, e da Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal, localizadas no Setor Policial Sul em Brasília/DF, bem como atender as demandas da Academia Nacional de Polícia, localizada na Rodovia DF 001 KM 02, Lago Norte, Brasília/DF e as demandas do Edifício Sede da Polícia Federal e de suas unidades descentralizadas no âmbito de Brasília DF, considerando que a falta deste produto poderá prejudicar o bom andamento e desempenho das atividades meio e fim da Polícia Federal.

2.2. O presente termo de referência é composto de 01 (um) item.

2.3. A adoção do sistema de Registro de Preços fundamenta-se no art. 15, inciso II da Lei nº 8.666/93 combinado com o art. 3º, inciso II do decreto nº 7.892/2013 e justifica-se pela necessidade de contratações frequentes, bem como por ser mais conveniente a aquisição de entregas parceladas, contribuindo para a manutenção adequada dos níveis de estoque, evitando a descontinuidade do fornecimento desses materiais.

2.4. Por se tratar de aquisição de bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02, o certame licitatório será realizado por meio de Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica. Para fins de análise de classificação e aceitação, entende-se que o julgamento deverá atender ao critério de menor preço por item conforme Lei 10.520/02 art.4º, inciso X, que possibilitará maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes. Após (Desde que) atendidos todos os requisitos de aceitação, será considerado como vencedor do respectivo item o fornecedor participante que ofertar o menor preço para o objeto disputado.

2.5. A quantidade estimada a ser adquirida levou em consideração o consumo médio de água recomendado para consumo humano, perfazendo o total de 40.465 galões para o doze meses.

2.6. Para fins de análise de classificação e aceitação, entende-se que o julgamento deverá atender ao critério de menor preço por item conforme Lei 10.520/02 art.4º, inciso X. Desde que atendidos todos os requisitos de aceitação será considerado como vencedor do respectivo item o fornecedor participante que ofertar o menor preço para o objeto disputado.

2.7. Dos critérios de sustentabilidade ambiental:

2.7.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, a AGU,

quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) ser preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- e) a comprovação do disposto no subitem 2.7.1 poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

- 3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
- 3.1. A ÁGUA MINERAL SEM GÁS** deverá:
- 3.1.1. ser classificada como água mineral tradicional ou água potável de mesa, segundo o Código de Águas Minerais, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
 - 3.1.2. atender aos padrões bacteriológicos de potabilidade, conforme laudo de órgão oficial ou outra instituição autorizada;
 - 3.1.3. atender às características microbiológicas estabelecidas em Regulamento Técnico específico, respeitando os limites máximos permitidos de substâncias químicas que representam risco à saúde, conforme Resolução RDC nº 274 de 25/03/2005 da ANVISA;
 - 3.1.4. atender, ainda, aos Regulamentos Técnicos específicos de características Macroscópicas e Microscópicas de Rotulagem de Alimentos Embalados, no que couber, e outras legislações pertinentes;
- 3.2 OS GARRAFÕES** disponibilizados deverão:
- 3.2.1. ser próprios para o acondicionamento de água mineral, resistentes, em excelente estado de conservação, sem ranhuras e/ou amassados, vir com tampa protetora e lacre de segurança, para evitar contaminações externas;
 - 3.2.2. conter rótulo-padrão cujas características e apresentação básicas tenham sido aprovadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, (Decreto-Lei n.º 7.841/1945), e registradas no Ministério da Saúde;
 - 3.2.3. conter gravação legível em seu rótulo ou em sua vedação a data de envasilhamento, número do Registro no Ministério da Saúde (MS), marca e validade do produto, conforme Portaria nº 470/99 do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;
- 3.3 A CONTRATADA** deverá apresentar:
- 3.3.1. autorização de funcionamento da empresa engarrafadora dentro do prazo de validade, emitida pela Vigilância Sanitária;
 - 3.3.2. laudo de análise microbiológica da água emitida no prazo máximo de 06 (seis) meses, com todos os parâmetros da tabela 1, item 3 da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 275/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, atestando que a água está apta para consumo humano.;
 - 3.3.3. laudo de análise físico-química da água mineral, emitida no prazo máximo de 06 (seis) meses, com todos os parâmetros da tabela 1, item 5.2.2 da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 274/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, atestando que a água está apta para consumo humano;
 - 3.3.3.1. Somente será aceito o laudo de análise físico-química da água mineral baseado em todos os parâmetros da tabela 1, item 5.2.2 da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 274/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
 - 3.3.4. laudo de instituição oficial certificando a propriedade ou concessão da fonte da água a ser fornecida para consumo;
 - 3.3.5. certificado de instituto técnico reconhecido atestando que os garrafões atendem à NBR 14.222 e NBR 14.328 e estão de acordo a Portaria DNPM nº 387/08 e especificações da ANVISA pertinentes.
 - 3.3.6. 01(um) ou mais atestado (ou declaração) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características do objeto deste Termo de Referência.
- 3.4.** Não serão aceitos certificados sem data de emissão e que não indiquem sua validade.

- 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**
- 4.1. Trata-se de bens de consumo usual nos órgãos públicos, de especificação conhecida no mercado público e descritas de forma objetiva. Tais especificações coadunam-se com a estrutura procedimental do Pregão, na medida em que é menos formalista e mais célere, não importará prejuízo à análise do objeto licitado.
 - 4.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

- 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**
- 5.1.** O prazo de entrega dos bens é de 01 (um) dia útil, contado do recebimento da Ordem de Serviço, em remessa parcelada, nos seguintes endereços,
- DITEC/PF - Setor Policial Sul em Brasília/DF, localizada na SAIS quadra 07 lote 23, Edifício NC, terça e quinta-feira no horário de 9h00 às 11h00.
- SR/PF/DF - Setor Policial Sul em Brasília/DF, localizada na SAIS quadra 07 lote 23, Superintendência Regional da Polícia Federal, terça e quinta-feira no horário de 9h00 às 11h00.
- ANP - Rodovia DF 001, KM 02, Setor Habitacional Taquari - Lago Norte, Brasília/DF
- EDIFÍCIO SEDE DA PF e suas unidades:

Local	Endereço
Edifício Sede Departamento de Polícia Federal	Endereço: SAS Quadra 06, lotes 09/10 Brasília DF - CEP 70.037-900 - Telefones: (61) 2024 – 8757, terças e quintas-feiras das 09h00 às 11h00 e das 14h30 às 16h00;
DIP/ DCPQ/ CGCSP/SUDOESTE	Endereço: EQSW 103/104, Lote 01, Bl. A, Setor Sudoeste CEP: 70670-350 Brasília, DF fone: (61) 2024-8172, terças e quintas-feiras das 09h10 às 11h00 e das 14h30 às 16h00;
CAOP - Coordenação de Aviação Operacional	Endereço: Aeroporto Internacional de Brasília Setor de Hangares, lotes 13 e 14, Lago Sul CEP: 71608-900 Brasília – DF Telefone: (61) 2024-9542 terças e quintas-feiras das 14h30 às 16h00;
DSG - Divisão de Serviços Gerais (DINPE- CDO, SECAN/CANIL, INI, INTERPOL e COT – (Comando de Operações Táticas)	Endereço: SAIS AE 07 Lt 23/27 - Setor Policial Sul Brasília/DF - CEP 70610-200 Telefone: (61) 2024-9256 terças e quintas-feiras das 09h10 às 11h00 e das 14h30 às 16h00;

- 5.2.** No ato da entrega deverá o responsável pelo recebimento observar o prazo de validade dos galões que, na data da entrega, não poderá ser inferior a 6 (seis) meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 5.3** O prazo para devolução dos vasilhames pode ser de até 30 dias após o encerramento das entregas.
- 5.4** Os vasilhames vazios (garrafões) são de propriedade da Contratada e serão fornecidos em regime de comodato para reposição do estoque de acordo com a demanda da Contratante e durante toda a vigência da entrega ficarão sob a cautela e guarda desta, que os conservará e ao final do processo de fornecimento os devolverá, observando os casos de possíveis perdas e/ou danos, da seguinte forma:
- 5.4.1 A consignação dos vasilhames vazios (garrafões) se dará através de instrumento próprio emitido pela Contratada que firmará compromisso pela guarda e conservação dos garrafões, de modo a não permitir prejuízos à Contratada e nem ao Contratante,
 - 5.4.2 A Contratada apresentará, juntamente com a proposta, uma carta consignatória do valor unitário do vasilhame vazio (garrafão), que deverá vigor durante todo o processo de fornecimento, para fins de ressarcimento ao final do processo de fornecimento, por eventual perda ou dano a algum dos vasilhames (garrafões) sob custódia,
 - 5.4.3 Em face do princípio da razoabilidade, o valor unitário máximo do vasilhame

5.4.4 Em caso de possível perda ou dano a algum dos vasilhames (garrações) sob custódia, a Contratante apurará a responsabilidade de quem lhe deu causa, para fins de reparação.

6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia* ou validade:

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos:

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, que será submetida à apreciação pela Administração;

7.1.5. manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Entregar a água mineral com rótulo, constando nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número da concessão, nome da concessionária, componentes físico-químicos, composição analítica, classificação segundo o Nacional de Produção Mineral, volume do conteúdo, carimbo com ano e mês de engarrafamento e prazo de validade, obedecendo ao disposto no Artigo 29, do Capítulo VI do Decreto-Lei N.º 7.841 de 08 de agosto de 1945 – Código de Águas Minerais e lacrado, para garantir a inviolabilidade.

8. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a fiscalização confirmar o recebimento do documento.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela revogação da ata de registro de preços e consequente cancelamento da nota de empenho, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será revogada a ata de registro de preços em execução e o consequente cancelamento da nota de empenho com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha ocorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6 / 100) / 365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGP-M exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

13.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

DESPACHO

1. Concorde com as justificativas e declarações exaradas neste Termo, tendo-o como motivado e em conformidade com Art. 9º, § 1º do Decreto nº 5.450/2005.
2. Aprovo este Termo de Referência tendo em vista o mesmo atender ao Disposto na Legislação da modalidade de licitação Pregão eletrônico SRP.
3. Autorizo a abertura de licitação do tipo Pregão Eletrônico SRP.

FÁBIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR

Diretor Técnico-Científico

Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por JULIO COELHO FERREIRA DE SOUZA, Chefe de Serviço - Substituto(a), em 22/05/2019, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por LUIZ SPRICIGO JUNIOR, Ordenador de Despesa - Substituto(a), em 22/05/2019, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_confirma&id_organ_acesso_externo=0 informando o código verificador 11116707 e o código CRC 16AC2EE9.